

É praticamente irreversível a posição dos credores brasileiros em não conceder dinheiro novo para o Brasil. Esta posição evidencia-se ainda mais se levarmos em conta declarações de banqueiros com assento no Comitê Assessor de Bancos do Brasil, feitas a este jornal na última sexta-feira. Nossos credores parecem firmes na posição de não ceder ao País, caso este não possua um acordo formal com o FMI.

A situação em que ora nos encontramos seguramente retrata o desastre de uma política para a dívida externa, que no mínimo pode ser caracterizada por uma total ciclotimia de posições e a completa falta de estratégia. Depois de, inicialmente, contar o governo ao menos com a perspectiva de uma negociação soberana da dívida, chegando à decretação da moratória com o intuito de discussão em novas bases, e que foi rifada com a justificativa de retorno à normalidade com o sistema financeiro internacional, o governo Sarney chega ao fim sem resolver o problema, ao contrário, só não mais agravado pela decisão em setem-

Melhores bases para o acordo

bro de paralisar os pagamentos dos juros devidos, como forma de proteção de nossas reservas.

A posição dos credores que ora se afirma, aliada à disposição de retomada das negociações com o futuro mandatário do País, embora não seja uma novidade, se verificarmos as alterações no quadro das finanças internacionais, especificamente da discussão da dívida e certa evolução de posições dos credores e organismos internacionais envolvidos com a questão, ficará para o futuro governo uma condição bem mais favorável para a conquista de melhores negociações e conseqüentemente um bom acordo.

Esta perspectiva se coloca tanto mais se lembrarmos que todos os principais credores comerciais brasileiros ampliaram suas reservas contra empréstimos a países menos desenvolvidos. Também há que se considerar a

queda ainda maior dos títulos brasileiros no mercado internacional, onde se verifica o aumento do deságio que esses títulos passaram a ter particularmente após a moratória de 1987. Isso, em outros termos, significa que eventuais prejuízos já foram aceitos ou pelo menos previstos pelos grandes bancos credores, o que inevitavelmente recoloca a futura negociação em outros termos, ou seja, a de reaver prejuízos e não mais a de manter transferências reais de capital líquido dos países em desenvolvimento e em particular no nosso caso.

Pode-se dizer que a imposição de perdas, desde o primeiro momento do impasse vista como necessária e fundamental para qualquer solução lógica, já foi feita ou, em palavras mais claras na linguagem dos negociadores mais experientes, o trabalho sujo já foi realizado. Agora, qualquer ação conciliatória, que beneficie as duas partes, apontando uma ver-

dadeira reintegração do Brasil no mercado financeiro internacional, pode significar para os credores a recuperação de prejuízos, não só com a volta de pagamento de parcelas vencidas mas também com a inexorável queda do deságio de nossos títulos.

Se é verdade que a dívida externa não é o único problema da economia brasileira, também o é que sem a solução desse problema — como incansavelmente vimos repetindo — nenhuma das soluções tão caras a nós poderá ser alcançada. Sobra portanto ao futuro governo enorme responsabilidade, que muito embora de peso, em condições objetivas de ser enfrentada. No entanto, a dúvida que a nós ainda persiste é a quase total ausência de propostas sérias nesse campo que se verifica até o momento nesta campanha, em que o problema da dívida é tratado muito mais com bazófias eleiçoeiras do que com o realismo necessário. Esperamos que isso mude já para o segundo turno e que desde a campanha sucessória os credores recebam aviso inequívoco da vontade brasileira sobre o tema.